

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL
CNPJ nº 76.483.817/0001-20
COMPANHIA ABERTA
Registro na CVM nº 1431-1

**ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Aos cinco dias de maio de dois mil e dezessete, às quatorze horas, na sede da Companhia, na Rua Coronel Dulcídio, 800 - 10º andar, Curitiba - PR, reuniram-se os membros do Conselho de Administração - CAD que ao final assinam. O Sr. Presidente, Mauricio Schulman, convidou a mim, Denise Teixeira Gomes, para secretariar a reunião, e registrou a ausência justificada dos Conselheiros Antonio Sergio de Souza Guetter e Rogério Perna. A seguir deu as boas vindas aos novos Conselheiros de Administração, que se apresentaram, e desejou a todos uma bem-sucedida gestão. Na sequência, informou que a reunião havia sido convocada para que o Colegiado deliberasse sobre os assuntos da ordem do dia, sendo que, dos previstos na convocação, o Colegiado tratou do seguinte: **1. Autorização para a concessão de garantia fidejussória corporativa no âmbito da 3ª emissão de notas promissórias da Copel Geração e Transmissão S.A. e Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia; e Outros assuntos.** O outro assunto previsto na convocação da presente reunião foi retirado da pauta e poderá retornar em momento oportuno para deliberação deste Colegiado. Sobre o **item 1** da pauta - **Autorização para a concessão de garantia fidejussória corporativa no âmbito da 3ª emissão de notas promissórias da Copel Geração e Transmissão S.A. e Delegação de Poderes à Diretoria da Companhia**, o Sr. Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, informou que a Diretoria da Copel (Holding), em sua 2247ª Reunião, realizada em 03.05.2017, aprovou a emissão, pela Copel Geração e Transmissão S.A. - Copel GeT, de notas promissórias ("Notas Promissórias"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 566, de 31.07.2015 ("Instrução CVM 566"), para oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16.01.2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), perfazendo o valor total de até R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Emissão"), com as seguintes características e condições: **(a) Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de até R\$ 500.000.000,00, (quinhentos milhões de reais); **(b) Séries:** as Notas Promissórias serão emitidas em série única; **(c) Quantidade de Notas Promissórias:** serão emitidas até 200 (duzentas) Notas Promissórias; **(d) Data de Emissão:** para todos os fins de direito e efeitos, a data de emissão ("Data de Emissão") de cada uma das Notas Promissórias corresponderá à data da efetiva subscrição e integralização da respectiva Nota Promissória ("Data de Subscrição e Integralização"), nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 566; **(e) Forma e Comprovação de Titularidade:** as Notas Promissórias serão emitidas sob a forma cartular, ficarão custodiadas junto à instituição financeira habilitada à prestação de serviços de custodiante da guarda física das Notas Promissórias ("Custodiante") e circularão por endosso em preto, sem garantia, de mera transferência de titularidade. Enquanto objeto de depósito centralizado, a circulação das notas promissórias se opera pelos registros escriturais efetuados nas contas de depósito mantidas junto ao depositário central, que endossará a cártula ao credor definitivo, por ocasião da extinção do depósito centralizado, nos termos do § 1º do art. 4º da Instrução CVM 566. Para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Promissórias será comprovada pela posse das respectivas cártulas. Adicionalmente, para as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na CETIP S.A. - Mercados Organizados ("CETIP"), a titularidade das Notas Promissórias será comprovada pelo extrato expedido pela CETIP em nome do respectivo titular; **(f) Prazo e Data de Vencimento:** as Notas Promissórias terão prazo de vencimento de até 730 (setecentos e trinta) dias corridos contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das Notas Promissórias em razão do eventual resgate antecipado das Notas Promissórias (facultativo ou obrigatório) ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, conforme venha a ser indicado nas cártulas

das Notas Promissórias; **(g) Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário de cada Nota Promissória será de até R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”); **(h) Garantia:** em garantia do fiel, pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, das Notas Promissórias, a Companhia prestará garantia fidejussória na forma de aval (“Aval”) em favor dos titulares das Notas Promissórias, representados pelo Agente Fiduciário (conforme abaixo definido), obrigando-se, por meio de Aval aposto nas Notas Promissórias como devedora solidária e principal pagadora de todos os valores devidos pela Emissora nos termos das Notas Promissórias, até a liquidação integral das Notas Promissórias; **(i) Remuneração:** (i) Atualização Monetária. O Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias não será atualizado monetariamente; (ii) Juros Remuneratórios. As Notas Promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 117,00% (cento e dezessete por cento) da variação acumulada da taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Remuneração” e “Taxa DI”, respectivamente). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, conforme os critérios definidos no “Caderno de Fórmulas Notas Comerciais - CETIP21”, disponível para consulta na página da CETIP na internet, obedecida a fórmula a ser descrita nas cédulas das Notas Promissórias; **(j) Pagamento do Valor Nominal Unitário e da Remuneração:** o pagamento do Valor Nominal Unitário será feito integralmente, em moeda corrente nacional, na Data de Vencimento das Notas Promissórias (ou na data de liquidação antecipada das Notas Promissórias em razão do eventual resgate antecipado (facultativo ou obrigatório) das Notas Promissórias ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, conforme venha a ser indicado nas cédulas das Notas Promissórias) e implicará na liquidação das Notas Promissórias. A Remuneração será paga em uma única parcela na Data de Vencimento das Notas Promissórias (ou na data de liquidação antecipada das Notas Promissórias em razão do eventual resgate antecipado (facultativo ou obrigatório) das Notas Promissórias ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Promissórias, conforme venha a ser indicado nas cédulas das Notas Promissórias), e será calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do respectivo pagamento; **(k) Local de Pagamento:** os pagamentos referentes às Notas Promissórias serão realizados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na CETIP, ou, para os titulares das Notas Promissórias que não estiverem depositadas eletronicamente na CETIP, na sede da Emissora ou em conformidade com os procedimentos adotados pelo banco mandatário (“Banco Mandatário”), conforme aplicável; **(l) Resgate Antecipado Total Facultativo:** a Emissora reserva-se o direito de, a qualquer momento, a seu exclusivo critério, de forma unilateral, promover o resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias (“Resgate Antecipado Total Facultativo”), de acordo com os procedimentos previstos na Instrução CVM 566, em especial em seu artigo 5º, §3º e § 4º, mediante o pagamento (i) do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Emissão, inclusive, até a data do efetivo resgate, exclusive; e (ii) de prêmio flat de resgate, sendo esse prêmio equivalente a 0,40% (quarenta centésimos por cento) do valor total a ser resgatado, tudo nos termos a serem definidos de forma detalhada nas cédulas. A Emissora deverá notificar os titulares das Notas Promissórias, o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e a Cetip com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência da data do evento, sendo que tal notificação deverá informar a data, o local de realização, o procedimento de resgate e o valor a ser resgatado; **(m) Oferta de Resgate Antecipado:** a Emissora poderá realizar, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, oferta de resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias, a qual será endereçada a todos os titulares das Notas Promissórias, sem distinção, assegurada a igualdade de condições a todos os titulares das Notas Promissórias para aceitar o resgate antecipado das respectivas Notas Promissórias (“Oferta de Resgate Antecipado”), sendo certo que todas as etapas desse processo de Oferta de Resgate Antecipado serão realizadas fora do âmbito da CETIP. O resgate antecipado se dará mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculado pro rata temporis desde a Data de Emissão até a data do

efetivo resgate, nos termos a serem definidos nas c artulas. A Emissora deverá notificar os titulares das Notas Promissórias, o Agente Fiduciário, o Banco Mandat rio e a Cetip com no mínimo 3 (três) dias úteis de antecedência da data do evento, sendo que tal notificação deverá informar a data, o local de realização, o procedimento de resgate e o valor a ser resgatado; **(n) Vencimento Antecipado:** observados os termos e condições que constarão nas c artulas das Notas Promissórias, os titulares das Notas Promissórias, representados pelo Agente Fiduciário (conforme abaixo definido), poderão declarar antecipadamente vencidas, independentemente do recebimento de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações relativas às Notas Promissórias e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de simples comunicação por escrito contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário das Notas Promissórias, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento, e demais encargos devidos nos termos das c artulas das Notas Promissórias, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer um dos eventos de inadimplemento a serem definidos pelo Coordenador Líder e pela Diretoria da Emissora e previstos nas c artulas das Notas Promissórias; **(o) Destinação dos Recursos:** os recursos oriundos da captação por meio da Emissão de Notas Promissórias serão destinados (i) ao pagamento, pela Companhia, da 1  parcela de amortização do valor de principal relativo   5  emissão de debêntures da Companhia, no montante de até R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), devendo tais recursos serem remetidos pela Emissora   Companhia por meio de distribuição de dividendos, mútuo ou qualquer outra forma, a critério da Emissora; e (ii) ao reforço de caixa da Emissora, em montante correspondente a até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); **(p) Repactuação:** não haverá repactuação das Notas Promissórias; **(q) Procedimento e Regime de Colocação e Negociação:** as Notas Promissórias serão distribuídas sob o regime de garantia firme de colocação, não solidária, ao amparo da Instrução CVM 476, a ser prestada pelo Coordenador Líder, e serão depositadas para distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), e para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e as negociações liquidadas financeiramente de acordo com os procedimentos da CETIP e as Notas Promissórias depositadas eletronicamente na CETIP. As Notas Promissórias serão ofertadas exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 9-A da Instrução da CVM n  539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada ("Instrução CVM 539"). As Notas Promissórias somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelos investidores, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da referida Instrução CVM 476, observado ainda o disposto no caput do artigo 15 da Instrução CVM 476 em relação   negociação das Notas Promissórias entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 9-B da Instrução da CVM 539, bem como as exceções estabelecidas em seus parágrafos 1  e 2 , conforme aplicáveis; **(r) Procedimento de Subscrição, Forma e Preço de Integralização:** as Notas Promissórias serão subscritas na Data de Emissão, pelo seu Valor Nominal Unitário, e sua integralização dar-se-    vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação da CETIP, exclusivamente por meio da CETIP; **(s) Banco Mandat rio e Custodiante:** serão contratadas instituições para custódia física das Notas Promissórias e para atuação como banco mandat rio da Emissão; **(t) Agente Fiduciário:** o agente fiduciário contratado para representar os titulares das Notas Promissórias é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"); **(u) Encargos Moratórios:** ocorrendo atraso da Emissora no pagamento de qualquer quantia devida ao titular das Notas Promissórias, os valores em atraso ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) calculada sobre os valores devidos e não pagos; e (ii) juros de mora   taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre os valores devidos e não pagos, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo da Remuneração; **(v) Prorrogação de Prazos:** considerar-se- o prorrogados os prazos referentes ao pagamento de

qualquer obrigação assumida nas Notas Promissórias até o primeiro dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos em que os pagamentos devam ser efetuados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional; **(w) Demais condições:** todas as demais condições e regras específicas relacionadas à emissão das Notas Promissórias serão tratadas detalhadamente nas Cártulas das Notas Promissórias e serão negociadas pelos diretores da Emissora. Após análise, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade de votos, sem ressalvas, o que segue: (i) aprovar a prestação do Aval pela Companhia, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora no âmbito da Emissão, por meio da Cártulas de Emissão, de forma que a Companhia se obrigará perante os Notistas, na qualidade de devedora solidária e principal pagadora das obrigações da Emissora decorrentes das referidas Notas Promissórias até a sua liquidação; e (ii) autorizar os membros da Diretoria da Companhia, ou seus procuradores, observadas as condições descritas no item (i) acima, a praticar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação dos itens deliberados na presente reunião, inclusive, sem limitação, Cártulas de Emissão, na qualidade de garantidora, bem como ratificar todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima. Ao final, **foi solicitado pelo Conselho de Administração que a Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores apresente, em reunião próxima, a situação da Companhia com relação às dívidas e garantias prestadas às diversas operações de captação vigentes.** Não havendo mais assuntos a tratar, foram encerrados os trabalhos. -----

MAURICIO SCHULMAN
Presidente

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

LUIZ HENRIQUE TESSUTI DIVIDINO

LEILA ABRAHAM LORIA

OLGA STANKEVICIUS COLPO

SÉRGIO ABU JAMRA MISAEL

ADRIANA ANGELA ANTONIOLLI

DENISE TEIXEIRA GOMES
Secretária